

# Dificuldades na inventariação do Património

† D. CARLOS PINHEIRO

Bispo auxiliar de Braga

Os Bispos Portugueses, na Assembleia Plenária de Abril de 1955, afirmaram: «A Igreja considera o seu património histórico-cultural como um bem precioso da humanidade, das nações e das comunidades. Vê nele um expoente das culturas, respeita-o e promove-o e preocupa-se com a sua criação, definição e salvaguarda e devida valorização por parte das pessoas, dos corpos sociais e do poder» (CEP, Abril, 1999).

E na mesma altura, os Bispos pediram às Comissões de Arte Sacra a maior urgência na continuação do inventário artístico da respectiva diocese.

Nesta perspectiva, a Comissão Diocesana de Arte Sacra e Obras e o Instituto de História e Artes Cristãs, existentes na nossa Arquidiocese, por decisão do Senhor Arcebispo, D. Eurico, iniciaram o processo de levantamento do Património dos Bens Culturais (arte sacra e arquivos) extensivo às comunidades paroquiais e instituições religiosas, situadas dentro dos limites territoriais da Arquidiocese de Braga.

No intuito de se levar por diante este projecto, realizou-se o I Encontro, que teve lugar no Centro Apostólico do Sameiro, a 28 de Outubro de 1985. Nele participaram, além dos membros da Comissão Diocesana de Arte Sacra e Obras e do Instituto de História e Artes Cristãs, delegados dos catorze arceprestados da Arquidiocese, sacerdotes e leigos, e ainda religiosos e religiosas dos vários Institutos de Vida Consagrada, representados pelas Direcções da CNIR e da FNIRF. Ficaram constituídas comissões arceprestais, presididas pelos Vice-Arciprestes, para não se sobrecar-

regar demasiado os Arciprestes. Por sua vez, os Párocos decidiram convidar leigos e sacerdotes para os auxiliarem neste trabalho de inventariação.

Fez-se um estudo prévio do modelo de fichas a adoptar, sob a orientação técnica do P. José Manuel Oliveira Ribeiro, Técnico Superior do Património e membro da Comissão Diocesana de Arte Sacra e Obras.

Esta ficha, simples e acessível a qualquer pessoa sem ser especialista, constitui a primeira fase de um projecto de trabalho que incluirá posteriormente outras fases complementares. Apenas se teve em vista o registo quantitativo, a data ou época, o estado de conservação, o material e a existência ou não de registo dos imóveis e artefactos do património religioso.

Mesmo assim, algumas comissões sentiram dificuldades no preenchimento das fichas. Se alguns arciprestados apresentaram trabalhos muito perfeitos, outros atrasaram-se e não se sentiram capazes de levar por diante esta primeira fase da inventariação.

Nos encontros anuais das comissões diocesanas e locais, davam-se instruções e realizou-se todo um trabalho de dinamização. Fizeram-se mesmo reuniões a nível arciprestal, para melhor esclarecimento e animação nesta importante tarefa.

Verificou-se a necessidade de dar um apoio permanente às comissões locais. Para isso, o Senhor Arcebispo aprovou a constituição de um Gabinete de Apoio não só para as obras paroquiais, mas ainda para os inventariadores. Assumiu esta missão o P. José Manuel Oliveira Ribeiro, especialista acima citado, com sede no edifício da Faculdade de Teologia-Braga.

Qual o resultado verificado até este momento, em toda a Arquidiocese?

No que se refere à inventariação do departamento de Arte Sacra, é deveras satisfatório. Houve bastante correspondência. Quanto aos Arquivos, nota-se uma grande dificuldade. O problema é muito complexo. Sente-se a necessidade de uma maior ajuda e disponibilidade não só das comissões, ainda de técnicos bem preparados para este trabalho, o que acarreta despesas nem sempre acessíveis às entidades a quem os Arquivos pertencem.

As Conclusões e Votos das V Jornadas das Equipas de Inventariação dos Bens Culturais da Arquidiocese, participadas não só pelas Comissões Diocesanas e Arciprestais, mas ainda por alguns especialistas em assuntos relacionados com a inventariação, arte sacra, direito civil e canónico, história, arquitectura e restauro, com a presença do arquitecto, José António Falcão, da Comissão Nacional do Património Cultural, efectuadas no Centro Apostólico do Sameiro, nos dias 19 e 20 de Fevereiro do ano findo,

dão-nos uma panorâmica do andamento e ponto da situação actual da Inventariação na nossa Arquidiocese:

1. Partindo do trabalho já realizado na inventariação, é necessário passar à segunda fase, com o estudo aprofundado dos elementos recolhidos.
2. Urge cuidar com esmero do registo matricial dos bens imóveis da Igreja.
3. Criar novos espaços, com qualidade, para os arquivos, a nível das Paróquias, das Confrarias e da Diocese.
4. Promover, em todas as suas formas, a segurança dos bens móveis e imóveis do património cultural e religioso da Igreja.
5. Investir na especialização das pessoas, nas diversas áreas, para se dedicarem à preservação, restauro, manutenção e estudo do património cultural da Igreja.
6. Que seja incentivada a dimensão catequética, evangelizadora e cultural do património da Igreja com atenção especial para os museus de arte sacra.

Esperamos que estas Conclusões e Votos sejam desde já incluídos nos programas pastorais das nossas comunidades, a nível de Diocese Arciprestados e Paróquias.